

LÍNGUA E IDENTIDADE: O CRIOULO CABO-VERDIANO EM FOCO

Elber Amado Almeida Lopes¹

Luciana Maria Crestani²

Resumo: Este artigo aborda a relação entre língua e identidade no contexto de Cabo Verde, analisando a coexistência entre a língua cabo-verdiana (o crioulo)³ e o português. Essas línguas refletem dinâmicas históricas, culturais e sociais marcadas pela colonização portuguesa, que consolidou o português como língua oficial, enquanto a língua cabo-verdiana permaneceu como língua materna da população. O objetivo principal é compreender como o crioulo contribui para a construção da identidade nacional, enfatizando sua relevância cultural e histórica. Entre os principais referenciais teóricos estão autores como Maurizzio Gnerre (2009), Stuart Hall (2006), Lélia Gonzalez (1984), Mário Lúcio Sousa (2021) e Manuel Veiga (2009a, 2009b), cujos estudos permitem explorar as relações de poder e resistência na convivência dessas línguas. O estudo é de natureza qualitativa, caráter descritivo e explicativo, com base em pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2017). Os resultados evidenciam a importância da língua cabo-verdiana como símbolo de resistência e pertencimento, em contraste com a hegemonia do português como idioma formal e educacional. Apesar dos avanços em sua valorização – como a criação do ALUPEC e o crescente apoio político –, o crioulo ainda enfrenta desafios para ser plenamente reconhecido como língua oficial. O estudo conclui que sua oficialização não apenas promoveria inclusão social, mas também fortaleceria a identidade cultural de Cabo Verde. A pesquisa contribui para reflexões sobre diversidade linguística e a importância de políticas que valorizem línguas maternas.

Palavras-chave: Cabo Verde; Crioulo; português; Identidade; Diversidade linguística.

1 Acadêmico do Curso de Letras: Português e Inglês. Bolsista de Iniciação Científica CNPq no Projeto Estudos enunciativos da linguagem: escolhas enunciativas e efeitos de sentido, sob coordenação da Profa. Dra. Luciana M. Crestani. E-mail: elopes00@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9844272512275477>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8546-3088>

2 Doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP, professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, atuando nas linhas de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso e Leitura e Formação do Leitor. Coordenadora do projeto Estudos Enunciativos da Linguagem: escolhas enunciativas e efeitos de sentido. Email: lucianacrestani@upf.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2719836658888425>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1265-7803>

3 Neste estudo, os termos “língua cabo-verdiana” e “crioulo” são tomados como sinônimos, conforme a perspectiva predominante nas referências que o fundamentam. Alguns autores também empregam o termo “crioulo cabo-verdiano” como equivalente.

LANGUAGE AND IDENTITY: CAPE VERDEAN CREOLE IN FOCUS

Abstract: This article examines the relationship between language and identity in the context of Cape Verde, analyzing the coexistence of Cape Verdean language (Creole) and Portuguese. These languages reflect historical, cultural, and social dynamics shaped by Portuguese colonization, which established Portuguese as the official language, while Cape Verdean language remained the population's mother tongue. The main objective is to understand how Creole contributes to the construction of national identity, emphasizing its cultural and historical significance. The theoretical framework includes authors such as Maurizzio Gnerre (2009), Stuart Hall (2006), Lélia Gonzalez (1984), Mário Lúcio Sousa (2021), and Manuel Veiga (2009a, 2009b), whose works help examine the power relations and resistance embedded in the coexistence of these languages. The study is qualitative in nature, with a descriptive and explanatory approach, based on bibliographic and documentary research (Gil, 2017). The findings highlight the importance of Cape Verdean language as a symbol of resistance and belonging, in contrast to the dominance of Portuguese as the formal and educational language. Despite advances in its recognition – such as the creation of ALUPEC and growing political support – Creole still faces challenges in being fully recognized as an official language. The study concludes that its officialization would not only promote social inclusion but also strengthen Cape Verde's cultural identity. This research contributes to broader reflections on linguistic diversity and the importance of policies that value mother tongues.

Keywords: Cape Verde; Creole; Portuguese; Identity; Linguistic diversity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua exerce um papel fundamental na construção da identidade cultural e social de uma comunidade. Em Cabo Verde, meu⁴ país de origem, a complexidade dessa construção é acentuada pela coexistência do crioulo, língua nacional amplamente falada, e do português, única língua oficial reconhecida constitucionalmente. A interação entre essas duas línguas destaca-se como um complexo fenômeno linguístico, refletindo dinâmicas profundas de poder, resistência e identidade.

Sou natural da cidade de Tarrafal de Santiago - Cabo Verde e graduando em Letras - Português e Inglês pela Universidade de Passo Fundo. Meu interesse pelo tema da valorização e oficialização do crioulo tem raízes em minha própria experiência de vida, marcada pela convivência entre duas línguas: o português, imposto como idioma oficial durante o período colonial; e o crioulo, língua materna e expressão autêntica da identidade cultural cabo-verdiana.

4 Algumas passagens deste artigo recorrem à primeira pessoa do singular para dar voz às experiências vividas pelo autor. Essa opção estilística visa enriquecer o texto com uma perspectiva pessoal do autor, sem desconsiderar, no entanto, as contribuições da coautora na produção do estudo, ainda que não compartilhe das vivências individuais relatadas.

Quando frequentei a escola básica⁵, pude observar que, no sistema de ensino do meu país de origem, prevalecia a imposição do português, muitas vezes com a expectativa de que os alunos adquirissem uma pronúncia próxima à norma europeia, em detrimento das características locais. Em Cabo Verde, falar português com sotaque do crioulo frequentemente leva à discriminação e ao estigma, evidenciando um preconceito linguístico reforçado pela própria estrutura educacional. O uso da língua materna cabo-verdiana nas salas de aula era, por vezes, ridicularizado, tanto pelos professores quanto pelos colegas, revelando uma desvalorização sistemática dessa língua, que é majoritariamente utilizada na comunicação cotidiana. Esse contexto linguístico era reforçado por práticas educacionais que desvalorizavam o crioulo, mesmo como ferramenta de ensino. Professores, além de muitas vezes perpetuarem esse preconceito, ofereciam um ensino descontextualizado, com referências e exemplos exclusivamente europeus ou portugueses, que não refletiam a realidade cultural dos alunos.

Esse cenário exemplifica como a diglossia não é apenas uma questão linguística, mas também política e cultural, afetando diretamente a forma como identidades são construídas e negociadas em comunidades multilíngues. Segundo Arruda e Nogueira (2019), com base em Ferguson (1971), a diglossia ocorre quando há uma relação de superioridade sociopolítica entre duas línguas em uma mesma comunidade, na qual uma língua é valorizada para funções formais, como ensino e administração, enquanto a outra é relegada a contextos informais e de oralidade.

Na década de 1990, iniciou-se um movimento intenso para institucionalizar o crioulo como língua oficial. Em 1992, a Constituição da República de Cabo Verde foi alterada para incluir uma cláusula que prevê a promoção das condições para a oficialização do crioulo. O artigo 9º da Constituição da República de Cabo Verde define que é língua oficial o Português, mas que o Estado deve promover as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa (Constituição da República de Cabo Verde, 1992).

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2022, houve um aumento significativo no apoio a essa causa, com a criação da Associação da Língua Materna Cabo-verdiana (ALMACV) e a apresentação de uma petição por quase 200 personalidades cabo-verdianas pedindo a oficialização do crioulo. O presidente atual do Estado cabo-verdiano, José Maria Neves, tem sido um defensor ativo dessa causa, esperando que a oficialização ocorra durante as comemorações dos 50 anos da independência do país, em 2025 (Balai, 2024).

Embora a Lei Constitucional reconheça o direito à oficialização da língua cabo-verdiana e preveja condições para que essa língua seja implementada como meio de instrução, na prática, são limitadas as iniciativas que promovem seu uso educacional e formal. Nos sistemas de ensino, apesar dos movimentos e reformas

5 Frequentei a escola básica em Tarrafal de Santiago, Cabo Verde, e concluí o ensino médio em 2016 pelo Agrupamento nº 1 do Tarrafal – Escola Secundária do Tarrafal.

constitucionais para introduzir o crioulo e assegurar o bilinguismo, muitos educadores ainda defendem a priorização do português como língua padrão no ensino formal. Essas questões passaram a me inquietar quando, no curso de Letras, comecei a estudar sobre língua, identidade e poder, o que me instigou a olhar para essa relação considerando as vivências do meu país de origem.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a importância da língua cabo-verdiana na construção da identidade do povo de Cabo Verde. Para tanto, serão exploradas as questões relacionadas à legitimação do crioulo enquanto expressão autêntica da identidade cultural, considerando suas raízes históricas e sua relevância no contexto da sociedade cabo-verdiana contemporânea.

No âmbito social, a pesquisa justifica-se pela necessidade de reconhecimento oficial do crioulo como uma língua legítima e valiosa, visando combater o estigma associado a ela e promover a inclusão linguística.

Do ponto de vista metodológico, conforme pressupostos de Gil (2017), esta pesquisa se configura como qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, embasada em pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa é apropriada por permitir explorar dimensões culturais e subjetivas envolvidas na relação entre língua, poder e identidade – aspectos que não podem ser quantificados, mas sim compreendidos a partir da perspectiva dos sujeitos e dos contextos em que estão inseridos. O caráter descritivo e explicativo justifica-se pela intenção de apresentar, com base em fontes teóricas e documentos, um panorama das práticas linguísticas e das políticas de valorização da língua cabo-verdiana, explicando sentidos sociais e culturais atribuídos à língua no contexto educacional e identitário de Cabo Verde. Assim, além de referências bibliográficas que embasam as reflexões, a pesquisa recorre a documentos oficiais e registros públicos que versam sobre o processo de valorização e oficialização da língua cabo-verdiana, caracterizando-se, também, como documental.

Além destas “Considerações iniciais”, o artigo contempla outras três seções. Em “Língua e poder: abordagem panorâmica sobre a história de Cabo Verde”, apresenta-se uma breve análise da história de Cabo Verde, com ênfase no impacto da colonização portuguesa sobre o cenário linguístico e nas dinâmicas de poder entre o crioulo e o português. Para tanto, busca-se apoio em estudos de autores como Antônio Carreira (2000), Geni Mendes de Brito (2022), Mário Lúcio de Sousa (2021), Maurizzio Gnerre (2009) e Marcos Bagno (2009).

Na seção “Língua e identidade: um diálogo entre os conceitos de memória e consciência”, discute-se a influência da língua na construção das identidades individuais e coletivas no contexto cabo-verdiano, destacando a relevância do crioulo para a identidade nacional e as questões de marginalização linguística. Serão abordadas as contribuições teóricas de Stuart Hall (2006), Lélia Gonzalez (1984) e Manuel Veiga (2009a e 2009b).

As “Considerações Finais” concluem o estudo com reflexões sobre as relações de poder que se estabelecem na coexistência das duas línguas em Cabo Verde, destacando o crioulo como um importante marcador identitário. Também

são incluídas observações sobre o papel do educador cabo-verdiano no ensino de línguas.

2 LÍNGUA E PODER: ABORDAGEM PANORÂMICA SOBRE A HISTÓRIA DE CABO VERDE

A história de Cabo Verde e o processo de colonização portuguesa estão profundamente relacionados ao desenvolvimento de sua identidade cultural e linguística, especialmente no que tange ao crioulo. O arquipélago foi dominado pela invasão dos portugueses em 1460 e colonizado a partir de 1462, consolidando-se como um ponto estratégico no comércio transatlântico de pessoas escravizadas, conectando África, Europa e Américas. O isolamento geográfico das ilhas, combinado à sua função estratégica no tráfico de escravizados, promoveu um intenso processo de miscigenação cultural e linguística, culminando na criação de uma cultura singular, caracterizada pela fusão de tradições europeias e africanas.

De acordo com Carreira (2000), o processo de povoamento inicial das ilhas de Cabo Verde, com destaque para Santiago e Fogo, contou com a presença de colonizadores europeus e pessoas escravizadas oriundas da região da Guiné-Bissau. O prolongado convívio entre esses dois grupos resultou não apenas em um processo de miscigenação racial, mas também na criação de um meio de comunicação eficiente: o crioulo. Segundo Carreira (2000, p. 284),

A diversidade de línguas faladas pelos escravos constituía (como foi acentuado em muitas descrições antigas) um embaraço enorme ao entendimento entre si e muito maior com os Senhores, sobretudo pelo facto destes não perceberem nem falarem as línguas africanas. Do resto, é evidente que a formação de um meio de comunicação entre brancos e pretos... era mais lógica e simples do que o uso de várias línguas.

Nesse sentido, a formação da língua cabo-verdiana é um reflexo da complexidade das interações sociais e culturais estabelecidas durante o período colonial. Segundo Brito, o crioulo surgiu a partir da necessidade de comunicação entre os colonizadores europeus e os africanos escravizados, consolidando-se como “a língua de expressão da alma cabo-verdiana” (Brito, 2022, p. 217).

Durante o período colonial, a língua portuguesa era reconhecida como a “língua do poder”, enquanto a língua cabo-verdiana ocupava uma posição subalterna. No entanto, o crioulo resistiu a esse processo de marginalização, consolidando-se como um dos principais símbolos da identidade cabo-verdiana, sendo amplamente utilizado tanto nas ilhas quanto pelas comunidades na diáspora (Brito, 2022). Segundo Brito (2022, p. 2019), “o arquipélago transformou-se em um importante laboratório de língua e de aculturação”, onde diversas línguas e culturas se misturaram, resultando na consolidação da língua cabo-verdiana.

Conforme aponta o escritor cabo-verdiano Mário Lúcio Sousa (2021), essa língua que se consolidou – o crioulo – representa uma conquista significativa para a humanidade, simbolizando “a vivência, a comunicação, a música” e, sobretudo,

“a primeira afirmação da nova identidade coletiva” (Sousa, 2021, p. 36). Assim, no contexto da colonização portuguesa em Cabo Verde, foi instaurado um dilema linguístico que persiste até os dias atuais, caracterizado pela coexistência do português, enquanto língua oficial, e do crioulo, língua materna da população. Sousa (2021) destaca que tal dilema é compartilhado por todas as sociedades que passaram pelo processo de crioulização⁶, argumentando que a convivência entre a língua do colonizador e a do colonizado constitui um desafio central, uma vez que ambas competem por espaço na construção da identidade nacional.

A imposição da língua portuguesa como idioma oficial em Cabo Verde integra um processo mais amplo de colonização europeia, no qual o idioma dos colonizadores assume o papel de instrumento de dominação e controle social. Segundo Gnero (2009), a língua não é apenas um meio de transmissão de informações, mas também um mecanismo para afirmar a posição social dos falantes. Gnero (2009) explica, ainda, que o prestígio de uma língua está intrinsecamente ligado ao poder e à autoridade de seus falantes, o que se reflete na forma como o português foi instituído como norma linguística, tanto no âmbito interno, nas relações sociais dentro de Cabo Verde, quanto no âmbito externo, no cenário internacional. Fruto da dominação de um povo sobre outro, portanto, o português foi associado ao poder colonial, à escrita e à tradição gramatical europeia, consolidando-se como a língua oficial do Estado cabo-verdiano.

No contexto de Cabo Verde, a relação entre a escrita e a norma culta da língua portuguesa gerou uma significativa distinção entre o padrão oficial e as demais variedades linguísticas. Como afirma Gnero (2009), a legitimidade de uma norma linguística está intrinsecamente relacionada à sua institucionalização e ao seu uso pelos grupos hegemônicos. No que tange ao português, sua consolidação como língua oficial resulta de um extenso processo de legitimação, que espelha as tensões de poder e as oposições entre diferentes grupos sociais. Essas dinâmicas são particularmente evidentes em Cabo Verde, onde o português se estabelece como a língua da educação formal, da administração pública e dos meios de comunicação, enquanto o crioulo prevalece como a língua do cotidiano da maioria da população.

Embora o português tenha sido imposto como língua oficial, a língua cabo-verdiana demonstrou uma notável resistência, desempenhando um papel central na vida cotidiana e na identidade cultural de Cabo Verde. Reconhecido como a língua materna da maioria da população, ele se configura como um símbolo de resistência contra o padrão linguístico imposto pelo colonialismo. Essa situação sociolinguística em Cabo Verde espelha a realidade discutida por Bagno (2009) em suas reflexões sobre variação linguística e preconceito linguístico. Segundo o autor, em sociedades onde uma única norma linguística é privilegiada em detrimento de outras variedades, como se observa no contexto brasileiro, os falantes das variedades

6 Segundo o autor Mário Lúcio de Sousa (2021), a crioulização é um processo de síntese cultural e linguística que ocorre quando línguas e culturas diferentes se encontram e se misturam, resultando uma nova identidade coletiva.

estigmatizadas frequentemente enfrentam marginalização e exclusão de serviços e direitos básicos.

Apesar da significativa presença e relevância cultural no contexto cabo-verdiano, o crioulo ainda enfrenta um processo de marginalização. Bagno (2009) salienta que a imposição de uma norma linguística única, como o português, não reflete a diversidade linguística existente e obstrui o reconhecimento e a valorização das distintas formas de expressão e construção de identidades sociais. Assim como aconteceu no Brasil, onde várias línguas dos povos nativos eram faladas durante o período da colonização e foram desvalorizadas com a imposição do português como língua nacional, em Cabo Verde observa-se um fenômeno semelhante. No entanto, apesar da colonização, o país continua a resistir fortemente, utilizando sua língua materna com maior frequência no cotidiano.

Mesmo com os desafios enfrentados, o crioulo consolidou-se como um símbolo de pertencimento e sua oficialização é considerada uma demanda urgente para o pleno reconhecimento da identidade cultural de Cabo Verde. Segundo Mário Lúcio Sousa (2021, p. 93), “quando ainda não éramos povo, os povos já conheciam a nossa língua”, o que ressalta a relevância histórica do crioulo na formação da nação cabo-verdiana, mesmo antes da independência. O autor argumenta que a oficialização do crioulo promoveria uma maior inclusão social e cultural, além de reparar injustiças históricas, uma vez que muitos cabo-verdianos ainda enfrentam exclusão por não dominarem o português, a língua oficial.

Dessa forma, a coexistência entre o crioulo e o português em Cabo Verde não apenas reflete a herança colonial, mas também revela a luta contínua dos cabo-verdianos pelo reconhecimento e valorização de sua língua materna. Como observado por Di Renzo (2005 *apud* Castello Branco, [s.d]), “a língua cabo-verdiana é o lugar da união, da garantia do espaço político-cultural, da ‘adesão a um mesmo interesse coletivo’”, evidenciando seu papel fundamental na construção da identidade nacional.

A seção “Língua e poder” analisou as hierarquias linguísticas resultantes da colonização portuguesa, destacando o prestígio do português e a subalternidade do crioulo. Na sequência, a seção “Língua e identidade” investigará como essa dinâmica influencia a construção da identidade nacional cabo-verdiana, abordando o papel do crioulo como símbolo de resistência cultural, memória coletiva e expressão da identidade autêntica do povo cabo-verdiano.

3 LÍNGUA E IDENTIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA

A língua cabo-verdiana, ou crioulo com suas nove variantes principais faladas nas ilhas do arquipélago, é a língua materna do país. Durante séculos, a escrita do crioulo foi adaptada ao alfabeto português, o que acarretava desafios e modificações constantes conforme o português evoluía. Em resposta, o escritor cabo-verdiano Manuel Veiga e o Grupo de Padronização da Língua Cabo-verdiana desenvolveram

o Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (ALUPEC) no ano de 1994, aprovado em caráter experimental em 1998 e aprovado oficialmente em 2009. Este sistema padronizado visa não apenas unificar a escrita, mas também fortalecer a identidade cultural e linguística do povo cabo-verdiano (Veiga, 2009b).

O ALUPEC é um sistema proposto com o objetivo de valorizar e unificar as variantes do crioulo falado nas ilhas de Cabo Verde (Veiga, 2009a). O crioulo embora compartilhe muitas palavras com o português, apresenta estruturas fonológicas, ortográficas e gramaticais distintas (Alfabeto... [s.d]).

O ALUPEC busca padronizar a representação fonética e escrita do crioulo, onde cada som corresponde a uma única letra. Por exemplo, o som /s/ é representado apenas pela letra “s”, diferentemente do português, onde esse som pode ser escrito como “c”, “ss”, “ç” ou “x”. Essa simplificação fonológica é uma das principais diferenças em relação ao português e visa reduzir a complexidade da escrita do crioulo.

Na língua cabo-verdiana, a conjugação verbal é muito mais simples e apresenta poucas variações de acordo com a pessoa. Em vez de flexões complexas como as do português, o crioulo tende a manter uma estrutura verbal mais fixa e padronizada, facilitando o aprendizado e o uso. Veja o exemplo do verbo “cantar” ou kanta:

- Português: Eu canto, tu cantas, ele canta, nós cantamos, vós cantais, eles cantam.
- Crioulo: N ta kanta (Eu canto), Bu ta kanta (Tu cantas), El ta kanta (Ele/ Ela canta), Nos ta kanta (Nós cantamos), Es ta kanta (Eles cantam).

Em crioulo, a mesma estrutura verbal “ta kanta” se mantém para todas as pessoas, e apenas o pronome pessoal é alterado. Isso elimina a necessidade de memorização de múltiplas flexões verbais, como ocorre no português.

Embora o ALUPEC busque a unificação das variantes, a oficialização do crioulo é um tema que ainda gera controvérsia em Cabo Verde. Isso porque a língua cabo-verdiana é composta por um conjunto de variantes locais, e não por uma única variedade unificada, sendo cada uma marcada por pronúncias, sotaques e usos próprios. Nesse cenário, disputas internas dificultam os avanços, na medida em que legitimar uma forma linguística implica, muitas vezes, deslegitimar outras – o que acaba gerando tensões entre as ilhas. Há receio, por exemplo, de que a variante da ilha de Santiago, onde está localizada a capital do país, a Praia, torne-se a predominante, causando descontentamento e insegurança entre os falantes de outras variantes (Medina, 2025). Afinal, a língua é também território afetivo, e um processo de padronização precisa considerar vínculos emocionais e históricos que os falantes mantêm com suas variantes locais.

Veiga (2009b), no entanto, explica que o ALUPEC não busca impor uma variante sobre as demais, mas sim oferecer uma base gráfica comum que permita a aproximação entre elas. Ao unificar a escrita, o ALUPEC respeita as especificidades fonéticas e lexicais de cada ilha, criando uma forma de representação gráfica que contempla a diversidade linguística do país. A padronização da escrita, segundo

Veiga (2009a, 2009b), não significa a unificação da fala, tampouco a renúncia à pluralidade linguística que configura uma expressão cultural de Cabo Verde.

É preciso considerar, ainda, que a ausência de consenso político e o desinteresse de partidos, grupos parlamentares e deputados dificultam avanços concretos, de modo que governos atuais e anteriores ainda não conseguiram criar condições efetivas para tornar o crioulo, de fato, uma língua oficial. Como ensina Gnerre (2009), tanto a língua quanto a escrita são instrumentos de poder, e o reconhecimento de sua legitimidade não é um processo neutro, implica escolhas políticas e culturais que determinam quais formas de expressão serão institucionalizadas, valorizadas e preservadas.

Durante o período colonial, a educação em Cabo Verde não era prioritária para o governo português, que via a alfabetização como uma ameaça ao seu poder. Com o fim do colonialismo, mais de 60% da população cabo-verdiana era analfabeta, o que revela a negligência do sistema educacional em fornecer um ensino inclusivo (Miranda *et al.*, 2014).

Essa ausência de uma educação voltada à realidade local era uma estratégia de manutenção do poder: ao deixar a maioria da população sem acesso à alfabetização, o governo colonial evitava o surgimento de questionamentos à ordem estabelecida (Marçal, 2006 *apud* Miranda *et al.*, 2014).

Ademais, a língua materna do povo cabo-verdiano não era valorizada no sistema educacional colonial. Ao contrário, o português era a única língua de ensino e registro, criando uma desconexão entre a língua cotidiana e a língua oficial. Esse cenário pode ser interpretado à luz do conceito de “consciência” desenvolvido por Lélia Gonzalez (1983), que se refere ao discurso dominante responsável por suprimir memórias culturais e linguísticas, promovendo um esquecimento forçado e impondo a língua do colonizador como única forma legítima de saber.

Segundo Gonzalez (1983), a “consciência” é o lugar do desconhecimento, da alienação e da rejeição. É por meio dela que o discurso ideológico se manifesta, apagando saberes ancestrais e impondo uma verdade oficial. Em contraste, a “memória” representa o espaço de preservação das tradições culturais, funcionando como um repositório de saberes não escritos, de histórias silenciadas e de verdades que resistem à hegemonia.

Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (Gonzales, 1983, p. 226).

Em Cabo Verde, o crioulo ocupa esse lugar de memória, mantendo-se vivo na fala cotidiana, apesar da imposição do português como língua oficial. Da mesma

forma, no Brasil, o “pretuguês”⁷ descrito por Gonzalez simboliza uma língua que, embora marginalizada, carrega traços da cultura africana, presentes na pronúncia, no vocabulário e na sintaxe, resistindo como expressão legítima da memória cultural negra.

A marginalização do crioulo como língua válida dentro do sistema educacional tem paralelos no Brasil, onde o português popular é muitas vezes estigmatizado. Contudo, tanto o crioulo quanto o “pretuguês” resistem como formas de expressão que conectam as comunidades afrodescendentes a suas raízes africanas. Gonzalez (1983) argumenta que essa resistência linguística é um ato de sobrevivência cultural, onde a memória fala mesmo através das “mancadas” do discurso dominante, permitindo que a identidade africana se expresse (Gonzalez, 1983, p. 226).

A língua materna não é apenas um idioma, mas um meio pelo qual a cultura e os valores são transmitidos de geração em geração. No caso de Cabo Verde, o crioulo exerce uma função materna ao perpetuar valores e tradições, enquanto o português representa a língua imposta pela “função paterna” colonial. Gonzalez (1983) destaca a função materna exercida pela “mãe preta” no Brasil, que, ao ensinar a língua e os costumes aos filhos de seus senhores, também transmitia aspectos da cultura africana, resistindo ao apagamento total de sua identidade (Gonzalez, 1983, p. 235-236).

Essa transmissão cultural ocorre de maneira semelhante em Cabo Verde, onde o crioulo permanece como a língua da casa, das relações afetivas e da tradição oral, resistindo ao português oficial. A persistência da língua materna de Cabo Verde é uma forma de memória cultural que se contrapõe à consciência colonialista, que busca apagar as influências africanas na sociedade cabo-verdiana. Essa resistência é um exemplo do que a autora Lélia Gonzalez (1983) observa no Brasil com o “pretuguês” – uma fala que preserva a memória africana, mesmo quando adaptada ao português.

O crioulo, como língua materna, representa mais do que um meio de comunicação; ele é um símbolo de resistência e uma ferramenta de construção de alteridade frente ao português. Em uma sociedade onde o português é associado ao poder colonial e à formalidade, o crioulo expressa a identidade cultural e a autenticidade de Cabo Verde. Para o sociólogo e autor Stuart Hall (2006), a identidade cultural se constrói por meio de narrativas e símbolos que conectam o passado ao presente, criando um sentido de continuidade. A língua cabo-verdiana, assim, sustenta o valor da memória cultural e coletiva de um povo que, apesar de marginalizado, mantém viva a tradição e a identidade africanas no contexto cabo-verdiano.

7 O pretuguês, segundo Lélia Gonzalez, é uma variante do português brasileiro influenciada por línguas africanas, preservando traços culturais e históricos na fala cotidiana. Exemplos incluem a substituição de “Flamengo” por “Framengo” ou a redução de “você” para “cê”, comuns na fala popular (Gonzalez, 1983).

Historicamente, o português foi imposto como a língua “civilizada” e educacional, enquanto o crioulo foi relegado à esfera doméstica e considerada uma forma inferior de expressão (Miranda *et al.*, 2014). Essa desvalorização do crioulo reflete o sentimento de exclusão linguística que permeia a sociedade cabo-verdiana, onde as estruturas coloniais de poder buscavam apagar traços culturais africanos. No entanto, o crioulo resiste como uma manifestação de autonomia cultural, preservando o vínculo com a ancestralidade africana e reforçando o sentimento de pertença à comunidade cabo-verdiana.

A identidade nacional cabo-verdiana é em grande parte sustentada pela valorização do crioulo como um traço distintivo que une a população em uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (1983) e Hall (2006). O conceito de comunidade imaginada é central para entender como o crioulo atua na construção de um “nós” coletivo, promovendo a coesão social em torno de uma língua compartilhada que carrega a herança e a memória cultural do povo cabo-verdiano.

A relação entre o crioulo e a identidade nacional cabo-verdiana se fortalece na medida em que essa língua materna representa uma herança cultural única. Segundo Hall (2006), as culturas nacionais não são inerentes, mas formadas por meio de sistemas de representação que organizam e dão sentido às experiências individuais e coletivas. Assim, a língua cabo-verdiana atua como um “discurso de pertencimento”, criando uma ligação profunda com o passado e oferecendo um espaço para a expressão da identidade cabo-verdiana em sua própria língua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foi possível compreender como as relações de poder se manifestam por meio da língua, refletindo estruturas sociais em que um idioma ou uma variante linguística assume maior status em detrimento de outras. Essa dinâmica, como destaca Fiorin (2013), revela o impacto das estruturas de poder na exclusão ou valorização de determinadas variedades linguísticas, criando fronteiras simbólicas e práticas que separam os falantes. As regras de uso da língua, especialmente aquelas que definem o “bom uso”, não são neutras; elas operam como instrumentos de poder, determinando quais variedades linguísticas são legitimadas e quais são marginalizadas. Essa desigualdade é observada na valorização do português como idioma oficial em contraste com a marginalização histórica do crioulo. Apesar de ambos carregarem a memória cultural de seus falantes, o português foi imposto como símbolo de civilização e progresso, enquanto o crioulo foi relegado ao espaço doméstico e informal.

Nesse contexto, a competência em usar adequadamente tanto a língua portuguesa quanto a língua cabo-verdiana, ajustando-as às situações sociais, reflete uma habilidade sociolinguística essencial para indivíduos que transitam nesse espaço bilíngue. Essa habilidade não apenas facilita a comunicação, mas também respeita os papéis e valores sociais atribuídos a cada língua. O português, como língua oficial e que é considerada de maior prestígio, muitas vezes se associa a oportunidades

educacionais, profissionais e de integração global. Já o crioulo, como língua materna e de uso cotidiano, carrega as marcas da identidade cultural cabo-verdiana, sendo um símbolo de pertencimento, resistência e memória coletiva.

Compreender uma língua como elemento identitário é reconhecer que ela vai além de ser um simples meio de comunicação: ele encapsula a história, a cultura e a visão de mundo de um povo. Assim, cada variante do crioulo reflete a diversidade cultural das ilhas de Cabo Verde e, ao mesmo tempo, une os cabo-verdianos em uma experiência linguística compartilhada. Essa compreensão é crucial para fortalecer o vínculo entre a língua e a identidade nacional, promovendo o respeito pela diversidade e o reconhecimento do crioulo como um componente essencial da identidade cabo-verdiana.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer a força que o idioma oficial, o português, exerce sobre os falantes, expandindo ou limitando fronteiras de inserção social, já que é ele o meio de acesso a espaços oficiais e representativos da sociedade. Nesse sentido, a valorização de ambas as línguas é uma forma de empoderar os falantes, preservando sua história e abrindo caminhos para sua inclusão social.

Nesse cenário, o educador cabo-verdiano assume um papel essencial, sendo que a escolha de incluir ou excluir a língua cabo-verdiana em suas práticas pedagógicas carrega implicações profundas no âmbito social, político e subjetivo. Ao recusar o uso do crioulo como referência, o professor reforça relações de poder desiguais que desvalorizam a língua materna dos estudantes, perpetuando modelos educacionais excludentes e descolados da realidade cultural local. Essa postura não apenas dificulta o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem, mas também impacta negativamente na autoestima e percepção de identidade, ao deslegitimar o crioulo como uma expressão válida e rica de sua cultura.

Muitos casos de insucesso e abandono escolar em Cabo Verde estão diretamente relacionados à desconexão entre os alunos e a língua utilizada no contexto educacional⁸. Quando ingressam na escola, os estudantes não se identificam com o português, que é imposto como única língua válida, e sentem-se desvalorizados por serem obrigados a utilizar uma língua que não reflete sua realidade cotidiana. Essa desconexão linguística e cultural contribui para a perda de interesse pela escola, dificultando a construção de vínculos com o ambiente escolar e favorecendo o abandono.

Em contrapartida, uma abordagem pedagógica crítica e inclusiva, que reconheça o valor do crioulo, pode transformar o ambiente escolar em um espaço de empoderamento e inclusão. Incorporar a língua materna nas práticas educativas possibilita a mediação do aprendizado de forma mais próxima à realidade dos alunos, valorizando suas vivências e promovendo um ensino mais equitativo. Além disso,

8 Conforme Duarte (1998, p. 205 *apud* Beckert, 2020, p. 1234), “há a necessidade de escolarizar as crianças na língua materna, diminuindo a percentagem de insucesso escolar devido à utilização de uma língua, a portuguesa, que é estranha à prática social da maioria esmagadora das crianças e adolescentes das nossas escolas, sobretudo os dos meios rurais”.

capacitar os estudantes no uso do português, sem deslegitimar o crioulo, preparando para navegar nas dinâmicas sociais e políticas que demandam competência na língua oficial, equilibrando a preservação da identidade cultural com o acesso a maiores oportunidades.

Portanto, cabe ao educador cabo-verdiano reconhecer o poder da língua como um instrumento que tanto reproduz desigualdades quanto pode ser utilizado para promover transformações sociais. Essa perspectiva crítica sobre a relação entre língua, poder e identidade reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade linguística e cultural de Cabo Verde, criando um ensino verdadeiramente inclusivo e significativo, capaz de mitigar as causas do insucesso e do abandono escolar.

REFERÊNCIAS

AFROBAROMETER. **Comunicado de imprensa:** Os Cabo-verdianos manifestam-se cada vez mais favoráveis à institucionalização da língua materna cabo-verdiana na qualidade de língua oficial. Disponível em: <<https://www.afrobarometer.org/wpcontent/uploads/2023/04/Com-de-imprensa-Cabo-verdianos-mais-favoraveis-ainstitucionalizacao-da-lingua-materna-Afrobarometer-bh-25april23.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2024.

ALFABETO UNIFICADO PARA A ESCRITA DO CABO-VERDIANO - ALUPEC. Wikipédia, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_Unificado_para_a_Escrita_do_Cabo-Verdiano>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ANDRADE, Álvaro Ludgero. Antropólogo cabo-verdiano “provoca” debate sobre crioulidade na contramão da “reafricanização” das ilhas. Voa Português. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/antrop%C3%B3logo-cabo-verdiano-provoca-debate-sobrecrioulidade-na-contram%C3%A3o-da-reafricaniza%C3%A7%C3%A3o-dasilhas/7511234.html>>. Acesso em: 19 maio 2024.

ARRUDA, Kelly de Aguiar; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Tensões e disputas entre a Língua Crioula Cabo-verdiana e a Língua Portuguesa desde a Independência de Cabo Verde. **Revista RELVA**, Juara/MT, v. 6, n. 2, p. 139-159, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/4230>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BECKERT, Ronny. Kabuverdianu no sistema educativo em Cabo Verde e o seu status em relação ao português. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1224-1247, out.- dez. 2020.

BALAI. **PR espera oficialização do crioulo como língua nos 50 anos da independência**. 09 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.balai.cv/noticias/pr-espera-oficializacao-do-crioulo-como-lingua-nos-50-anos-da-independencia/?form=MG0A>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

CARREIRA, António. **Cabo Verde**: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). 3. ed. IPC-Praia, 2000.

CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia. **As línguas de Cabo Verde - o cabo-verdiano e o português**: lugar onde joga o equívoco *. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/S2603.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. Boletim Oficial. Lei Constitucional nº1/iv/92. 25 set. 1992. República de Cabo Verde.

FIORIN, José Luiz. Língua, identidades e fronteiras. **Diversitas**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/13_FIORIN.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GNERRE, Maurizio. **Línguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <<https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Gonzales-1984-Racismo-e-Sexismo-na-Cultura-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRIOLNEWS CABO VERDE. Crioulo: Oficialização plena do ALUPEK? Cabo Verde. Vídeo: 17min54seg. Youtube, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/BHFqevcGOE0?si=jWoNirSTfChhTK4h>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MEDINA, António. A oficialização do crioulo cabo-verdiano: um desafio de identidade e transformação. **A Nação**, Cabo Verde, 29 mar. 2025. Disponível em: <https://www.anacao.cv/noticia/2025/03/29/a-oficializacao-do-crioulo-cabo-verdiano-um-desafio-de-identidade-e-transformacao/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MENDES DE BRITO, G. O crioulo cabo-verdiano: língua de resistência das ilhas e do mar. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 36, p. 13-31, 2023. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/download/935/685/3739>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MIRANDA, Célia, A. *et al.* **A alfabetização de jovens e adultos em Cabo Verde**: uma contribuição do educador Paulo Freire. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH_02555.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Tomé Varela. da. **Na bóka noti**: Tradições Orais. Volumi IV. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2010.

SOUSA, Mário Lúcio. **Meu verbo cultura**: escritos amorosos sobre cultura e desenvolvimento. Belém: Editora ICSA, 2021.

TEIXEIRA, Eugênio. Oficialização do crioulo divide opiniões em Cabo Verde. **Voa Português**. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/oficializacao-do-crioulo-divideopinioes-em-cabo-verde/2783138.html>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

VEIGA, Manuel. Como será implementado o ALUPEC (1/2). Vídeo: 9min 27seg. Publicado no Fórum África, canal RTP África. Youtube, 13 fev. 2009a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sl8L76WZjA0&t=8s>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

VEIGA, Manuel. Como será implementado o ALUPEC (2/2). Vídeo: 5min 03seg. Publicado no Fórum África, canal RTP África. Youtube, 13 fev. 2009b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n3UCF0pytel&t=236s>>. Acesso em: 6 nov. 2024.